

Ativismo Político e Ativismo à Distância: Para onde vão as Identidades Coletivas?

Lúcia Avelar¹

*... os meios para fundar, conservar e ampliar um reino
... eles são, na essência, a razão do Estado.*

G. Botero, 1589

Della Ragion Di Stato, Livro Primo

I. Apresentação e Resumo

O nosso objetivo é apresentar à discussão, parte de um estudo sobre a natureza de ativismos diversos, procurando colocar em evidência algumas categorias que supomos capazes de construir uma ordem explicativa minimamente adequada para entendermos a relação entre processos da atualidade. O estudo maior refere-se a uma pesquisa comparada em alguns países da América Latina, sobre movimentos sociais de mulheres e organizações não-governamentais locais e transnacionais, sob a perspectiva da construção de identidades coletivas e as mudanças geradas no campo da democratização da sociedade, incorporando-as social e politicamente, sob a perspectiva da fruição igual dos direitos. A relação do tema com as *sociedades de informação* se justifica em decorrência da divulgação de literatura extensa que considera o ativismo à distância *transnational advocacy network*, ancorado nas redes informacionais, como sendo da mesma natureza do ativismo político construído por identidades coletivas autônomas. Discordando desta literatura e refletindo sobre as conseqüências de tal abordagem, recuperando o debate sobre participação e construção de identidades dos grupos desprivilegiados, esperamos contribuir ao debate sobre a participação e o ativismo nas sociedades em vias de informatização. Sendo um primeiro passo para um estudo mais ambicioso, incluindo pesquisadores de países latino-americanos, pretendemos receber críticas e sugestões que contribuam para a continuidade do trabalho.

¹ Lúcia Avelar: Departamento de Ciência Política, Universidade de Brasília

II. Uma nota pessoal, introduzindo o tema

Nos últimos anos, estudando o tema da participação política e dos desafios à democratização, discutindo a temática tanto em cursos de graduação como de pós-graduação, assim como de extensão, em alguns deles com líderes políticos que atuam no “Brasil Grande”, questionava o papel das Organizações Não-governamentais (ONGs) nacionais e internacionais na real promoção e extensão dos direitos de cidadania aos segmentos destituídos de poder.

As perguntas eram muitas: por que nos movimentos sociais o ativismo é espontâneo, criando verdadeiras “áreas de igualdade” entre os participantes que articulam suas demandas em uma solidariedade construída em torno de seus próprios objetivos e interesses, mapeados em ações coletivas organizadas, com membros de grupos oprimidos e em situação de “déficit de reconhecimento” e que pretendem mudar os valores e as condições sobre às quais se assentam sua desigualdade estrutural? Por que o ativismo nos movimentos é edificado em verdadeiras “ histórias de reconhecimento”, em redes de contato inter-pessoal em redes locais, o recurso da *informação* sendo apenas um instrumento, e não o recurso por excelência? De onde vêm os financiamentos para as redes de informação dos ativismos à distância? Por que os movimentos perderam força e o ativismo não-governamental passou a ocupar o centro da mobilização por direitos? Qual a relação entre o ativismo político e o ativismo à distância?

Embora atentos às várias correntes e definições de participação e ativismo, sentíamos a inadequação conceitual que abrangesse as novas formas de participação dos ativismos à distância, particularmente diante de um quadro em que os ativismos à distância são fortemente financiados pelos países do capitalismo central. O florescimento do ativismo internacional e transnacional, viria da transformação das sociedades em vias de globalização, fenômeno complexo que mudaria a própria base do poder político destas sociedades. Certo? Não, se considerarmos o fato de que o ativismo das ONGs e das *transnational advocacy network* viria junto com disciplina orçamentária e reforma fiscal, redução das despesas públicas, privatizações, desregulação, particularmente nos

países de forte desigualdade social e que também se incluíam no quadro das *democracias emergentes*, recém-saídas dos regimes autoritários.

O argumento se justifica se observamos o orçamento e as fontes de financiamento dos respectivos ativismos, as carreiras de seus participantes. Não sem razão prosperavam estudos e abordagens nos bancos de ação multilateral, como o Banco Mundial, o BIRD, etc, sobre a necessária ação das organizações não-governamentais nos países recém democratizados. Concomitantemente, os estudos sobre “good governance”, “rule of law”, revisão das teorias da democracia, um complexo conjunto de propostas e reflexões bem financiadas, diga-se de passagem, tomavam conta da literatura especializada com o objetivo de acompanhar as mudanças nas formas de participação, nas parcerias entre Estado e sociedade, mudanças estas que requeriam instituições que a implantassem. O fenômeno das ONGs transnacionais fazia parte da proposta, um ator e agente promotor de verdadeiras “revoluções sociais”, ao clamar por direitos de cidadania e financiar a articulação das demandas dos segmentos negligenciados. De outro lado, numerosas análises denunciavam a interferência dos países ricos nos ativismos nacionais e questionando o intervencionismo (Carothers, 2000; Williams, 1994; Wolfensohn, 2000; Woods, 2000).² Acadêmicos da ciência política e do direito das universidades norte-americanas, em particular, passaram a coordenar estudos sobre estes temas. Nada como os recursos mediáticos das sociedades da informação para produções acadêmicas coletivas que reafirmavam a importância deste novo campo de trabalho.

Mas, paradoxalmente, a problemática do refluxo do ativismo encontrava-se no centro das preocupações de numerosos pesquisadores e políticos. Contrariando a expectativa de que a redemocratização levaria ao pleno florescimento dos movimentos sociais, ao contrário, a queda da repressão favorecia a abertura de novos canais de participação, afetando assim aqueles anteriormente utilizados (Pickvance, 1999). Um importante livro organizado por Elizabeth Jellin (2000) problematizou a questão tomando como referência os países da América do Sul, em uma linha semelhante à de Barber (2000) que analisava a globalização e seu impacto sobre a sociedade organizada.

² Carothers, T.: “Democracy Promotion: a key focus in New World Order”. *Issues of Democracy*, 5(1), maio de 2000; Williams, D. e Young, T.: “Governance, the World Bank and Liberal Theory”. *Political Studies*, 1994. 42(1); Wolfensohn, J.: “Les Pays riches sont inconscients”. *Libération*, Paris, 10.jul.2000; Ngiare, W.: “The Challenge of good governance for the IMF and the World Bank themselves”. *World Development*, 2000, 28 (5), p.823-41.

Na mesma linha, Pizzorno (2001) argumentaria que a economia globalizada não favorecia a participação pelo fato de ser um processo que dispersa territorialmente as unidades produtivas e afeta a base do poder político. A pesquisa de Yves Dezalay e Brian Garth para países latino-americanos apontava a concentração do poder financeiro privado, comandado pela elite financeira de *Wall Street*, do Tesouro americano e do FMI, entre outros, inspirando-se nos interesses do primeiro, influenciando diretamente as instituições políticas, de modo a mitigar as diferenças sociais e neutralizar o provável radicalismo nos países endividados pelo “desenvolvimentismo”.³

Minha conclusão foi a de que o tema do ativismo nas sociedades da informação nada mais era do que um aspecto da problemática *Democracia e democratização nos países que se desenvolveram na periferia do mundo capitalista*, e que a diluição de identidades coletivas constituídas nas últimas décadas encontrava-se no centro de uma temática complexa, razão pela qual deveríamos nos debruçar para problematizar a questão.⁴

III. O tema, abrangência e fundamentação bibliográfica

Alguns estudos analisavam a indústria florescente de financiamentos aos ativismos que, em grande medida, tomaram o lugar dos antigos movimentos sociais (Dezalay & Garth, 2001; Carothers, 1999),⁵ envolvendo fundações filantrópicas, agências nacionais e internacionais, grupos de consultores especializados, organizações não-governamentais, centros de pesquisas universitários e não universitários (Phillips, 1999; Berman, 1983; Welck, 2001).⁶ Na origem destes financiamentos estavam o Banco Mundial e programas internacionais de cooperação como a USAID, entre outros. Uma lista extensa destas agências pode ser encontrada no livro citado de Claude Welch Jr.,

³ Yves Dezalay e Brian Garth: *Internationalization of Global Palace Wars*. Chicago. The University of Chicago Press. 2001.

⁴ O'Donnell, G.: *Democracy, Law and Comparative Politics*. Working Paper. The Helen Kellogg Institute for International Studies. University of Notre Dame, Apr. 2000; Mendez, J.; O'Donnell, G.; Pinheiro, P. S.: *The (Un) Rule of Law and the Underprivileged in Latin America*. Notre Dame (Indiana): University of Notre Dame Press, 2000; Barber, B.: “Can Democracy Survive Globalization?”. *Government and Opposition*, 2000, 35 (3), p.275-301; Pickvance, C.: “Democratisation and the Decline of Social Movements: The Effect of Regime Change on Collective Action in Eastern Europe, Southern Europe and Latin America. *Sociology*, 1999, 33; Pizzorno, A.: *Il Potere Politico nella società in via di globalizzazione*. Mimeogr., 2001.

⁵ Dezalay, Y., Garth, B.: *Global Palace Wars*. 2001, no prelo; Carothers, T.: “Democracy Promotion: a Key Focus in a New World Order. *Issues of Democracy*, 5 (1), maio.2000.

que ainda discute os principais objetivos dessas organizações, quem as financia e por quê. Exportar democracia e democratização e importá-las tornaram-se um dos focos de análise e de pesquisa.

Outros estudos ofereciam análises sobre a complementaridade entre ONGs e instituições do Estado, ONGs e *transnational advocacy network*, no geral estudos feitos por cientistas anglo-saxões (Keck e Sikkink,1998), propondo a expressão *issue networks* para analisar a natureza deste ativismo que permitia aos indivíduos de trabalhar em projetos comuns a partir de diferentes lugares institucionais (Dezalay e Garth, op. Cit.). Nesta análise, os membros das ONGs nacionais e transnacionais, no geral, não se orientavam por recompensas materiais, e os que trabalhavam no campo das filantropias e dos direitos humanos se orientavam por valores humanitários.⁷ Discursos políticos e científicos foram construídos, para mostrar uma imagem pública do desinteresse destes ativistas, enquanto outros analisavam a exportação de modelos institucionais com a intenção de construir espaços de consenso e hegemonia do estado norte-americano, afirmado pelo *Consenso de Washington* (Dezalay & Garth, 1998).⁸

Um tema aparentemente singelo que é o da relação movimentos/ONGs/ativismos à distância das sociedades da informação, desdobra-se em outros campos de análise, acabando em numerosas questões como as da análise epistemológica da categoria *issue networks*, *comunidades epistêmicas*, ou do campo de práticas de ativismo internacionalizado e informatizado, sob a hegemonia dos países do capitalismo central. Uma pesquisa realizada por Shild (2001), no Chile, apresentava preocupações semelhantes ao observar que, desde a década de 1970, ocorrem transformações associadas com o desmantelamento do Estado do bem-estar social, com a rejeição da doutrina econômica keynesiana em favor da néo—liberal, os Estados transferindo suas responsabilidades pelos direitos sociais dos cidadãos para o nível local, apelando para o poder das comunidades e dos indivíduos, no que os críticos

⁶ Phillips, A.: “Exporting Democracy”. *Democratization*, 6 (2), 1999; Berman, E.: *The Ideology of Philanthropy*. Albany: State University of New York Press, 1983; Welch, C.: *NGO and Human Rights*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001.

⁷ Contudo, as evidências contradizem os referidos escritos: a “Transparência Internacional”, uma ONG que denuncia a corrupção em alguns países, foi idealizada e é constituída por funcionários do Banco Mundial. Nos estudos e consultorias das *Rule of Law*, um escritório chamado Cabinets Inc. foi criado e presidido por um funcionário da USAID. (Citado por Gillot, 2000.)

chamam de “descarregamento das responsabilidades do governo”. Pesquisando movimentos de mulheres, no contexto democrático liberal capitalista, Shild mostra que a assimilação de algumas mulheres no campo do ativismo internacionalizado das sociedades de informação se faz às custas de marginalização de outras. As mulheres pobres, sem os recursos do *capital social*, impossibilitadas de elaborarem projetos para o financiamento de suas atividades, estão perdendo campo para as outras que podem se envolver na rede de financiamentos dos governos, das fundações, dos programas sociais implementados pela ajuda internacional. A clientelização das mulheres destituídas de tais recursos, com as agências estatais modelando suas práticas políticas, é uma de suas conseqüências (Shild, op. cit., p.165).⁹

Como um primeiro passo, nos valem do trabalho que compara movimentos sociais domésticos, ONGs e *transnational advocacy network*, publicado por Keck e Sikkink (1998, op. cit.), na tentativa de argumentar sobre a contaminação ideológica na construção de categorias analíticas que escondem o verdadeiro sentido dos *issues networks*. Em seguida, constrataremos aquela abordagem com as teorias da identidade na análise dos movimentos sociais sob a perspectiva da criação das identidades coletivas estruturadoras das ações políticas reivindicativas próprias dos segmentos em situação de desigualdade estrutural. Finalmente apresentaremos passagens de entrevistas realizadas com ativistas de movimentos e suas visões sobre os ativismos à distância.

IV. A proposta de análise e sua crítica

Utilizando um esquema de análise proposto por Tarrow (1996), Keck e Sikkink ressaltam como dimensões estruturais do ativismo político, as estruturas de oportunidade política e a escolha do foco da articulação das demandas dos grupos que representam. Entre as estruturas de mobilização estariam as redes de relações sociais, as ligações concretas que derivam de experiências sociais comuns, o pertencimento a uma mesma situação de vida e de desigualdade. Quanto à estrutura de oportunidade política,

⁸ Keck, M., Sikkink, K.: *Activist Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.; Dezalay, Y., Garth, B.: “Le Washington Consensus. Contribution à une sociologie du néolibéralisme. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 121/122, 1998, p.3-22

⁹ A discussão acima é feita por Verónica Shild para o Chile, aplicando-a aos outros países de democracias recentes e, também, a países de democracia madura, como o Canadá. Ver em: Alvarez, S.; Dagnino, E.; Escobar, A.: *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos*. Belo Horizonte: Humanitas/UFMG, 2000.

refere-se à percepção de sinais consistentes pelos atores políticos – não necessariamente formais –, que encorajam ou desencorajam as ações coletivas. Assim, os membros ou atores se posicionam quanto às possibilidades de acesso ao poder, identificam os aliados influentes e as clivagens dentro das elites e entre elas. A estrutura de oportunidades é dinâmica, sendo portanto percebida conforme a relação dos atores com políticos e com as instituições políticas. Forjar eventos e ressonâncias em torno de temas-símbolos, são práticas que incentivam os indivíduos para agirem coletivamente na resolução dos problemas comuns.¹⁰ Com tais instrumentos as autoras estabelecem semelhanças e diferenças, mas sempre ressaltando que as ONGs não sendo movimentos, contudo, são agentes democratizadores. A proposta elaborada pelas autoras coroa os esforços de outros autores que lhes antecederam.

É importante recuperar parte deste processo. É inegável a difusão de idéias sobre os Direitos Humanos e a democratização dos países periféricos, recém saídos dos regimes autoritários, sob a forma de um conjunto de crenças e valores, adotados pelos respectivos Estados, para atender aos grupos sociais negligenciados. A tônica central é a da parceria Estado, Sociedade e entidades financeiras multilaterais, para o trabalho que corrigisse as falhas do mercado que resultaram em milhões de indivíduos pobres e miseráveis, um verdadeiro quadro de polarização social, supostamente resultante do fenômeno chamado de globalização. As políticas de Direitos Humanos valer-se-iam do ativismo do *Terceiro Setor*, nele incluído o ativismo das *transnational advocacy networks*.

Os principais veículos para a difusão destas crenças e valores foram, entre outros, o Estado, as universidades, os profissionais do mundo acadêmico. Os grupos de mobilização política, particularmente os do ambientalismo e de gênero, receberam atenção especial no financiamento das agências multilaterais que incentivavam as ações transnacionais. O ativismo político construído a partir de necessidades comuns de indivíduos de um mesmo segmento social, foi substituído pelo ativismo simbólico e à distancia das ONGs locais e transnacionais (as TANGOS). Difundia-se a prática de

¹⁰ São inúmeros os trabalhos de Sydney Tarrow, um autor tomado como representante de uma abordagem fundada na Teoria da Ação Coletiva, largamente difundida a partir da proposta olsoniana. Ver: *Power in movement. Social movements, collective actions and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996; Meyer, D. e Tarrow, S.: *The social movement society. Contentious Politics for a new century*. New York, Oxford: Rowman & Littlefield, Lanham, 1998.

uma “heteronímia da reivindicação” e de uma “política de altruísmo que reivindica para o outro”. O ativismo dos anos noventa assentou-se, desde então, em idéias e normas de uma ordem universal, as ONGs internacionais ocupando um papel central na difusão de uma política desinteressada para os direitos humanos.

Um idealismo de valores morais encontrava-se no centro deste novo paradigma formulado pelo “construtivismo social”. Seus autores, no geral, utilizam um conjunto de idéias como recursos simbólicos, de base altruísta e emancipatória, centrado nas ONGs internacionais e na política de direitos humanos. Os recursos simbólicos organizavam-se em torno das idéias sobre a defesa dos mais fracos em prol da humanidade.

Ao mesmo tempo, assessores governamentais nos Estados Unidos, realçavam a importância da complementaridade entre política externa nacional e *transnational networks*, observando que globalização compreende três linguagens universais: dinheiro, internet, democracia e direitos humanos. Para a expansão dos mercados financeiros e difusão das novas tecnologias, os *networks* possibilitam o envolvimento de indivíduos e comunidades que compartilham interesses e valores comuns (Koh, 1997, citado por Guillot, pg 208), idéias estas que teriam primazia sobre os interesses materiais (Risse, Ropp e Sikkink, 1999, 7). As idéias apoiadas em causas morais politizadas passaram a ser utilizadas como forças causais para incentivar a emergência de ações coletivas. Os ativistas globais transitavam entre o mundo acadêmico, governos, Banco Mundial, ONGs; se portavam ambigüidades, construía, em contrapartida, identidades profissionais e carreiras internacionais.

O conceito de *issue networks* encontra-se no centro deste paradigma. Ele descreve uma sorte de ativismo de tipo empresarial, os “empresários de políticas”, com especialidade para proteger os vulneráveis por meio da inserção em redes de proteção social. Além dos cientistas políticos, outros especialistas fazem parte desta área profissional que se constituiu em um mercado de trabalho com enormes financiamentos dos bancos e fundações internacionais. Cursos para a divulgação deste conhecimento foram e são constituídos com “o objetivo de oferecer aos participantes uma compreensão e aprofundamento dos aspectos teóricos e práticas relacionadas com o desenvolvimento de intervenções (políticas e programas) para proteger os grupos de

população mais pobres e vulneráveis do risco a que estão expostos suas rendas”.¹¹ Ao mesmo tempo são inúmeras as iniciativas para aumentar a responsabilidade social de empresas, cujo marco legal vem daquilo que se denomina “prescrições globais” (Dezalay e Garth, 2002, mimeog).¹²

Um autor que cedo expressou a noção de *issue networks* é Hugh Heclo, um acadêmico norte-americano e consultor em Washington, que publicou em 1978 um artigo intitulado “Issue Networks and the Executive Establishment”. Para ele a ascensão dos atores globais envolvidos nos processos políticos sem ocupar posições formais no governo produzem uma espécie de “governo por controle remoto”. Com os “webs de influência” é possível envolver grande número de especialistas e profissionais interessados que transformam a política em *issues networks*. Tais webs somente são acessados por aqueles com qualificações suficientes e interesses comuns, realçando a importância dos recursos cognitivos dos acadêmicos, think tanks, e pessoas especializadas (Heclo, 112). Uma problemática de classe com ênfase na socialização das redes de relações – *networks* -, e nas especializações técnicas – ou *issues*. Para ser parte desta classe, o primeiro requisito é ter “capacidade de acesso” entendida como o conjunto de habilidades que possibilita a comunicação à distância e acesso ao instrumental necessário.¹³

O ativismo global, o *international advocacy network* fundamentou-se no bojo destas formulações, com idéias e concepções caracterizadas por um discurso no qual as idéias do interesse no desinteresse da ação participativa ocupam o centro das proposições. Sua emergência foi concomitante à deflagração da Política de Direitos Humanos concertada pelo estado norte-americano, à época do pós-autoritarismo nos países da América Latina. Ele resultou da relação simbiótica entre militantes ou ex-

¹¹ Red Mundial de Aprendizaje sobre el Desarrollo. Instituto del Banco Mundial. 2002.

¹² Dezalay e Garth: *Global Prescriptions*. Mimeog. 2002.

¹³ Isto sem considerar as outras condições de polarização introduzidas no âmbito de um capitalismo que se diferenciou daquele iniciado nos oitocentos de aproximação entre os trabalhadores em unidades de trabalho próximas. O anulamento da distância espaço-temporal é uma das referências para a análise do fenômeno da polarização e distanciamento entre as classes .

militantes dos movimentos, acadêmicos idealistas e a militância internacional informatizada e financiada pelas agências multilaterais (Guillot, 2002).

O mercado do ativismo político global, progressivamente edificado, passou, desde então, a apresentar características de competição e profissionalização crescente, carreiras internacionais alternadas algumas vezes com o trabalho em organizações financeiras, os profissionais sendo recrutados entre gestores de grandes empresas, universidades. As fronteiras entre a militância e as competências de gestão, atenuaram-se, o ativismo tornando-se um verdadeiro mercado de virtudes cívicas e de bancos de negócios simbólicos (Dezalay e Garth, op. Cit.). A proximidade com o Estado é evidente, politizando desse modo a filantropia ao mesmo tempo que despolitiza a sociedade, em processo de diluição do ativismo que levava à construção de identidades coletivas autônomas e a pressões para políticas efetivamente democratizantes.

Na origem deste processo encontrava-se a intenção de construir espaços de consenso, por meio de um mercado internacional de práticas de Estados do capitalismo central e periféricos. Os anos 90 são caracterizados pelo ativismo centrado nas ONGs, cujos atores são transnacionais, servindo a propósitos governamentais. Uma nova ortodoxia hegemônica cujas práticas, definitivamente não produziram confrontos que levassem às reformas e as políticas públicas democratizadoras. Os *issues networks* penetraram nos países dominados da América Latina, monopolizados pelas elites e profissionais dos países do capitalismo central.

O ativismo global substituiria os “velhos movimentos sociais”, com ênfase nos direitos humanos, com normas produzidas por este novo ator não-estatal, internacional, desinteressado, a ONG internacional, a partir dos *issue networks*. Nas palavras de Keck e Sikkink (1998b,89) “o mundo político ao final do século XX envolve, ao longo dos estados, muitos atores não-estatais que interagem um com o outro, com estados e com organizações internacionais, embora os estudiosos tenham demorado para reconhecer a importância destes *activists networks*”. As práticas do ativismo baseavam-se nas idéias dos direitos humanos, configurando e consolidando a “heteronímia da reivindicação” (Pizzorno, 2001), a ação daquele que reivindica pelo outro. Diferentemente dos antigos movimentos sociais que construía, antes, as identidades coletivas no próprio processo de participação, tal como discutiremos adiante.

V. Participação Política e a Construção de Identidades Coletivas

Uma das propostas mais elucidativas para a compreensão do problema da participação e do ativismo foi oferecida por Alessandro Pizzorno em dois momentos distintos de seu trabalho intelectual. O primeiro, em 1966 e depois, em numerosos artigos nos quais ele vai construindo a sua teoria política reflexiva com ênfase na teoria da Identidade.¹⁴ Para ele a participação política é ao mesmo tempo um problema de consenso e um problema de igualdade: o consenso consciente da população no âmbito das instituições estatais e a organização coletiva ou ação coletiva que permite atuar sobre o sistema de valores que está na base do sistema de desigualdades. Ela é, em suma, a luta pelo poder no Estado. Os interesses, seja de um indivíduo ou grupo, encontram-se na base das ações individuais, desenvolvidas solidariamente em um plano de igualdade de participação. Em outras palavras, dado que um sistema de interesses é um sistema de desigualdades, pode-se formar um sistema de solidariedade que atue sobre ele, na medida em que as desigualdades são negadas.

O ativismo reflete a luta e os conflitos para reconhecimento. A constituição da identidade coletiva para a edificação do sujeito da ação é o meio para a obtenção dos fins coletivos. Ao participar o sujeito coloca-se no jogo, passa a fazer parte de um sujeito coletivo. Sua participação é voluntária e representa uma resposta a uma situação de “déficit de reconhecimento”. O ativismo político é o recurso para a solução de tal situação. Identidade é o que emerge do processo individual de auto-identificação e reconhecimento externo. São as experiências, os símbolos e os mitos que fazem, no ator coletivo, a base de sua individualidade, de sua identidade (Della Porta e Dini, 2001). A história de movimentos é a história da capacidade de seus membros de impor imagens de si mesmos.

A construção de identidade é o elemento central nas ações de participação ou ativismo político. A identidade não como um estado subjetivo mas como um processo intersubjetivo de reconhecimento mútuo. Ela é fruto de um “agir que se recebe”, pelo

¹⁴ Pizzorno, Alessandro: Introduzione allo studio della partecipazione politica. Quaderni di Sociologia, vol. 15, n. 3-4, jul-dez., 1966; Risposte e proposte. In: Identità, riconoscimento, scambio. Roma. Editori Laterza. 2001.

reconhecimento da estima do outro. As raízes deste processo encontram-se em Hegel, quando ele argumenta que o ponto de partida é o outro, nas operações de ordenamento de si mesmo.

Destas referências pinçadas em torno da idéia de ação coletiva, participação e construção de identidades coletivas, depreendemos que o ativismo político é uma relação de solidariedade construída entre iguais, por aqueles que sofrem uma situação de déficit de reconhecimento. A política da reivindicação pelo outro, ou, a heteronímia da reivindicação, tal como expressa pela *international advocacy networks*, dificilmente se constituirá como uma luta pelo poder no Estado com o objetivo de modificar a atual estrutura de valores que encontram-se na base da desigualdade estrutural de inúmeros segmentos da sociedade. Ainda mais quando o ativismo global se consuma na órbita de uma política de Estado, com fronteiras que tangenciam os cargos governamentais, cujas práticas encobrem numerosos mecanismos de competição e disputa intra-profissional (Guillot, 2001) para lugares nas instituições de natureza diferente, das universitárias, às não-governamentais, às financeiras e empresariais. A identidade que se forma é a identidade profissional fundada em uma expertise teórica e instrumental capaz de se firmar frente a estes diferentes organismos. Ativismo global, neste sentido, contribui para a diluição dos ativismos políticos construídos a partir de situações de déficit de reconhecimento no âmbito do Estado, e opondo-se a ele, no âmbito das classes, para reverter os valores sobre os quais se assentam a atual estrutura de classes. Ousamos afirmar que o ativismo global coopta as lideranças do ativismo político, sob a perspectiva de modelos institucionais que reafirmam praticas hegemônicas de estados. Para onde vão as identidades coletivas? Este é o debate a que nos propusemos enfrentar neste trabalho de pesquisa em andamento.